

# Biblos

Enciclopédia  
VERBO  
das Literaturas  
de Língua Portuguesa

VERBO



# Biblos

Enciclopédia  
VERBO  
das Literaturas  
de Língua Portuguesa

Enciclopédia  
VERBO  
das Literaturas  
de Língua Portuguesa

2



293607

VERBO



13

# Biblos

Enciclopédia  
**VERBO**  
das Literaturas  
de Língua Portuguesa

2

*Edição realizada  
sob o patrocínio da*  
SOCIEDADE CIENTÍFICA  
DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

*Direcção*

*JOSÉ AUGUSTO CARDOSO BERNARDES  
(da Faculdade de Letras — Universidade de Coimbra)*

*ANTÓNIO PINTO DE CASTRO  
(da Faculdade de Letras — Universidade de Coimbra)*

*MARIA DE LOURDES A. FERREZ  
(da Faculdade de Letras — Universidade Nova de Lisboa)*

*GLAUCINE CRATES DE MELO  
(da Faculdade de Letras — Universidade Federal do Rio de Janeiro)*

*MARIA APARECIDA FERREZ  
(da Faculdade de Letras — Universidade de Coimbra)*

*Secretaria-Geral*

*A cargo de*

*Departamento de Enciclopédias e Estudos Verbo*

**VERBO**



293607-D

NC-X690198468

NCR-745286







## COLABORADORES DO SEGUNDO VOLUME

- Dra. Graça Abranches*  
*Prof. Doutor Fernando Aires*  
*Dra. Isabel Maria Coelho de Faria e Silva Côte-Real de Albuquerque*  
*Dra. Ana Cristina Rui Almeida*  
*Dra. Isabel Adelaide Penha Dinis de Lima e Almeida*  
*Prof. Doutor Justino Mendes de Almeida*  
*Dr. Nelson Manuel Carvalho de Almeida*  
*Prof. Doutor Sérgio Rubens B. de Almeida*  
*Dra. Eloísa Alvarez*  
*Dra. Maria do Céu Fortes Fraga Amaral*  
*Dra. Marta Teixeira Anacleto*  
*Prof. Doutor Carlos Ascenso André*  
*Prof. Doutor Artur Anselmo*  
*Dra. Sara Manuela Augusto*  
*Dr. Abel Barros Baptista*  
*Prof. Doutor José Oliveira Barata*  
*Prof. Doutor José Carlos Barcellos*  
*Dr. João Barreiros*  
*Dra. Isabel Maria Morujão de Beires*  
*Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria de Lourdes Belchior Pontes*  
*Prof. Doutor José Augusto Cardoso Bernardes*  
*Dr. Paulo Alexandre Esteves Borges*  
*Prof.<sup>a</sup> Doutora Helena Carvalhão Buescu*  
*Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Leonor Carvalhão Buescu*  
*Prof. Doutor Abílio Hernández Cardoso*  
*Prof. Doutor Alberto Duarte Carvalho*  
*Prof. Doutor Aníbal Pinto de Castro*  
*Prof. Doutor Ivo Castro*  
*Prof. Doutor Guilhermino César*  
*Prof.<sup>a</sup> Doutora Vânia Pinheiro Chaves*  
*Dr. João Bigotte Chorão*  
*Dr. Jorge Colaço*  
*Prof.<sup>a</sup> Doutora Cristina Maria Robalo Cordeiro*  
*Dra. Ângela Correia*  
*Dr. Joaquim Correia*
- Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Helena Paiva Correia*  
*Dra. Maria de Lourdes Cortez*  
*Leonel Cosme*  
*Dra. Vilma Costa*  
*Dr. Duarte Ivo Cruz*  
*Dra. Maria Luísa Malato Borralho Ferreira da Cunha*  
*Prof.<sup>a</sup> Doutora Neyde Vieira da Cunha*  
*Dr. Pedro Balau Custódio*  
*Dra. Ângela Maria Dias*  
*Dr. Américo António Lindeza Diogo*  
*Dra. Ana Teresa Ferreira da Silva Diogo*  
*Dr. João Dionísio*  
*Dr. Alexandre Faria*  
*Prof. Doutor António Maciel de Castro Feijó*  
*Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria de Lourdes A. Ferraz*  
*Dr. José Alberto Ferreira*  
*Prof. Doutor José Ribeiro Ferreira*  
*Dra. Maria Ema Tarracha Ferreira*  
*Dra. Maria do Rosário Ferreira Serafim Ferreira*  
*Dr. Manuel Simplicio Geraldo Ferro*  
*Dr. Miguel Quadrio Matos Ferro*  
*Dr. Albano António Cabral Figueiredo*  
*Dra. Vera Lúcia Follain de Figueiredo*  
*Dr. Humberto Marini Filho*  
*Prof. Doutor João Almeida Flor*  
*Dra. Lúcia M. Ruas Gaspar*  
*Prof.<sup>a</sup> Doutora Cândida Leite Georgopoulos*  
*Dra. Ana Margarida Godinho*  
*Jesué Pinharanda Gomes*  
*Dr. Renato Cordeiro Gomes*  
*Prof.<sup>a</sup> Doutora Simone Caputo Gomes*  
*Prof.<sup>a</sup> Doutora Elsa de Jesus Gonçalves*  
*Prof.<sup>a</sup> Doutora Rosa Maria Goulart*  
*Prof.<sup>a</sup> Doutora Carolina Maia Gouvêa*



Prof.<sup>a</sup> Doutora Pilar Lorenzo Gradín  
Dr. Fernando Guimarães  
Prof. Doutor Manuel Gusmão  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Hatherly  
Dr. Eduíno de Jesus  
Prof. Doutor Nuno Júdice  
Dra. Cristina Mello Laranjeira  
Dr. José Luís Pires Laranjeira  
Dr. Francisco G. Cunha Leão  
Dr. Manuel Leão  
António Leitão  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Ana Mafalda Leite  
Dra. Esther de Lemos  
Doutor Eng.<sup>o</sup> Eugénio Almeida Lisboa  
Dra. Ana Cristina Macário Lopes  
Dra. Silvina Rodrigues Lopes  
Dr. António Apolinário Lourenço  
Prof. Doutor Álvaro Manuel Machado  
Dra. Ana Maria Silva Machado  
Dr. João Maia  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Rita Marnoto  
Prof. Doutor João Francisco Marques  
Dra. Ana Maria Mão-de-Ferro Martinho  
Dr. Fernando J. B. Martinho  
Dra. Inocência L. S. Mata  
Prof. Doutor Gladstone Chaves de Melo  
Doutora Margarida Vieira Mendes  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Teresa Delgado  
Mingocho  
Prof. Doutor João Gouveia Monteiro  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Ofélia Paiva Monteiro  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Paula Morão  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Fátima de Freitas Morna  
Prof. Doutor Aires Nascimento  
Dra. Maria Victoria Navas  
Dr. Adelino Neves  
Dra. Virgínia de Carvalho Nunes  
Prof. Doutor António Resende Oliveira  
Dr. Fernando Matos de Oliveira  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Laura Cavalcante Padilha  
Dra. Sylvia Paixão  
Prof. Doutor José de Almeida Pavão  
Dra. Lia Sá Paulo  
Dr. José Carlos Seabra Pereira  
Dr. Luís Alexandre da Silva Pereira  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Helena da Rocha  
Pereira  
Dr. Victor Hugo Adler Pereira  
Dra. Maria da Graça Pericão  
Prof. Doutor Sebastião Tavares de Pinho  
Prof. Doutor António Manuel B.  
Machado Pires

Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Lucília Gonçalves  
Pires  
Dra. Maria da Natividade Carvalho  
Pires  
Prof. Doutor José Maria da Cruz Pontes  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Helena Ureña  
Prieto  
Prof. Doutor Américo Costa Ramalho  
Dr. António Manuel Ribeiro Rebelo  
Prof. Doutor Luís de Sousa Rebelo  
Prof. Doutor Carlos António Reis  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Cristina Almeida Ribeiro  
Dr. José António Pinto Ribeiro  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Aparecida Ribeiro  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Graça Rio-Torto  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Clara Crabbé Rocha  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Isabel Rocheta  
Dr. Ernesto Rodrigues  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Idalina Resina  
Rodrigues  
Dra. Selma Calazans Rodrigues  
Prof. Doutor Urbano Tavares Rodrigues  
Prof. Doutor José Luís Rodríguez  
Frei Raul de Almeida Rolo  
Prof. Doutor Lourenço do Rosário  
Dr. Gustavo Rubim  
Dr. Rogério Sacchi  
Dra. Maria Helena Santana  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Eduarda Borges  
dos Santos  
Dra. Maria Helena Duarte Santos  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria de Fátima Marinho  
Saraiva  
Dra. Ana Margarida Falcão Seixas  
Prof. Doutor Manuel Sérgio  
Dra. Celina Silva  
Prof. Doutor Jorge Fernandes da Silveira  
Dr. Osvaldo Alves Pereira Silvestre  
Dra. Maria João Figueiredo Simões  
Dr. Carlos Mendes de Sousa  
Prof.<sup>a</sup> Doutora Maria Leonor Machado  
de Sousa  
Prof. Doutor Miguel Tamen  
Prof. Doutor Giuseppe Tavani  
Prof. Doutor Gilberto Mendonça Teles  
Prof. Doutor José Terra  
Dra. Maria Helena Ribeiro Almeida e  
Costa Toipa  
Prof. Doutor Albino de Bem Veiga  
Dr. João Conde Veiga  
Dra. Evelina Pereira da Silva Verdelho  
Prof. Doutor Telmo Verdelho



maneira de Horácio ou de Arquíloco. Na literatura portuguesa, o E. pode aparecer nas chamadas «odes pindáricas» (que alguns designam por «canção pindárica», distinta da «ode epódica ou epodaica» como veremos mais abaixo) a concluir um período triádico, à maneira helénica, em que, do ponto de vista versificatório, a estrofe é igual à antístrofe, podendo ou não o E. manter a mesma estrutura métrico-versificatória. A tendência mais classicista, i. é, mais próxima da lírica coral, é a que preconiza um esquema para a estrofe e antístrofe diferente do do E. Este género de E. podemos encontrá-los em Francisco Manuel do Nascimento, Correia Garção, A. Dinis da Cruz e Silva, António Lourenço Caminha, e noutros autores do séc. XVIII. Como a estrutura tripartida deixou de corresponder às exigências corais originárias, este tipo de ode deixou de ser utilizada com o início do Romantismo.

Os E. em estrofes dísticas são mais frequentes e tanto podem aparecer sob a epígrafe do «Epodos», de «Odes» como sem qualquer indicação. Os versos mais utilizados são o decassílabo e o hexassílabo. Cultores deste género de lirismo são, p. ex., Francisco Manuel do Nascimento, António Ribeiro dos Santos, Marquesa de Alorna (com algumas imitações directas de Horácio), Bocage, António Lourenço Caminha.

Como estes E. se caracterizam essencialmente pela forma e em nada pelo conteúdo, os poetas portugueses perderam rapidamente toda a noção de E. a partir do Romantismo. É, de facto, muito difícil discernir até que ponto algumas composições de, p. ex., um Ricardo Reis, onde alterna o decassílabo com hexassílabo, poderão ser ou não consideradas E. Na realidade, trata-se, muito simplesmente, de versos heterométricos, pois, como já ficou dito, o verso mais pequeno remata ou serve de cláusula ao período epódico, pelo que, na estrofe, o verso mais curto, o E., vem sempre a seguir ao mais longo. Ora, acontece que, em grande parte de poetas dos sécs. XIX e XX, as composições em versos heterométricos começam, muitas vezes, pelo verso mais curto. Sendo assim, esses versos, esses poemas nunca poderão ser conside-

rados E. no verdadeira sentido (clássico, horaciano) do termo. É, por outro lado, muito difícil dizer se a heterometria é alguma reminiscência do dístico epódico, se do dístico elegíaco ou, o que será mais provável, da poética peninsular (lírica trovadoresca, verso de redondilha).

BIBLIOGRAFIA: W. J. W. Koster, *Traité de métrique grecque suivi d'un précis de métrique latine*, Leida, 1953; J. Halporn, M. Ostwald, Th. Rosenmeyer, *The Metres of Greek and Latin Poetry*, Strand, 1963; A. Pickard-Cambridge, *The Dramatic Festivals of Athens*, Oxford, 1968; B. Snell, *Griechische Metrik*, Göttingen, 1982; M. H. Rocha Pereira, *Estudos de História da Cultura Clássica, Cultura Grega*, I vol., Lx., 1987.

António Manuel Ribeiro Rebelo

## EPOPEIA

Poema narrativo extenso que pode tratar, não só acontecimentos históricos importantes, acções grandiosas, heróicas, de carácter religioso ou nacional, em que um povo ou uma nação revêem a sua identidade, mas também mitos e lendas heróicas ou mesmo um *corpus* de relatos tradicionais, hagiografias ou fábulas. Podem por isso distinguir-se epopeias alegóricas de E. filosóficas, mitológicas, satíricas, E.-evento, e E. de personagem e E. de espaço, conforme o assunto abordado; ou ainda, quanto ao modo de tratamento dos factos, E. fantásticas ou verosímeis, de E. «veristas» ou históricas. Evoluindo ao longo dos tempos e valorizando uma ou outra componente, podemos distinguir, no âmbito da produção épica ocidental, quatro períodos diferentes: a Antiguidade greco-latina, em que predomina o modelo homérico e, depois, virgiliano; a Idade Média, que explora sobretudo as potencialidades das canções de gesta; o período clássico, em que o modelo homérico-virgiliano se combina com a herança cavaleiresca medieval e se harmoniza com as aspirações modernas do Humanismo renascentista; e a epopeia romântica, que marca o regresso ao modelo mitológico e representa o crepúsculo do género.

Considerada como o poema mais importante que o engenho humano poderia compor, a E. exprime a exaltação de um acontecimento memorável e extraordinário, capaz de interessar a um povo ou mesmo à própria humanidade, veiculando



do uma visão heróica do mundo. As personagens e os acontecimentos focados alcançam uma certa credibilidade, captam a admiração e veneração do leitor, não só pelo valor das acções realizadas, mas também pela nobreza de espírito revelada e pela dignidade que as realizações do homem podem alcançar. No entanto, pelo tratamento distanciado próprio deste género, se o poeta é o narrador entusiástico dos grandes feitos praticados, onisciente e objectivo, a componente psicológica e o seu modo de sentir apenas assumem uma importância secundária.

A acção situa-se normalmente num passado histórico, em que se desenrolaram as lutas pela consolidação do poder de uma raça, de uma nação ou de uma casa reinante, em suma, em que decorreram as lutas pela instauração do domínio, com a delimitação das fundações geográficas, genealógicas, culturais ou morais correspondentes. Pela sua importância, o presente surge como o resultado consequente desse passado remoto e mítico, que se projecta, por sua vez, no futuro, através das realizações e proezas realizadas pelos heróis, mediante momentos de visão profética, nos quais a vontade divina se revela, deixando antever um porvir glorioso para o povo em causa, e onde o assunto cantado encerra em si todas as potencialidades do processo histórico.

Ao tratar de assuntos grandiosos, o poeta épico, sem se opor à verdade histórica, embeleza-a com artifícios poéticos, deixando que a fantasia, orientada pela razão, confira aos factos reais um aspecto verosímil, como se um ser sobrenatural dirigisse a sua evolução ou o inspirasse quanto a pormenores esquecidos ou perdidos, resultando, assim, um todo harmonioso, em que a ficção se conjuga com a realidade e a verosimilhança se traduz pelo realismo da expressão. Deste modo, poder-se-á afirmar que o discurso épico resulta desta constante tensão entre a função referencial da linguagem — da evocação verbal dos acontecimentos históricos — e da sua função poética, autotélica, produzindo uma espécie de compromisso e exprimindo um realismo estilizado através de uma poesia codificada.

Pelo facto de a E. partilhar deste duplo estatuto — narrativo e poético —, também o herói da matéria épica, qualquer que seja a sua origem, embora normalmente de proveniência nobre (evidenciando-se deste modo uma concepção aristocrática e feudal da sociedade), apresenta algumas afinidades com os deuses ou os heróis mitológicos, pretendendo deste modo escapar à sua condição humana, e impondo-se como um ser superior, de qualidades excepcionais, capaz de executar feitos extraordinários, gloriosos e singulares, e representando um paradigma de comportamento e actuação para os ouvintes/leitores da epopeia. Forjado de acordo com modelos pré-existentes, arquétipos míticos de uma cultura nacional, tanto é a projecção dos tipos divinos dos tempos imemoriais das origens ou dos tempos heróicos de uma nação, por demais distantes na memória colectiva que adquiriram uma dimensão sobre-humana, como se impõem por corresponderem a quadros conceptuais que essa cultura ou nação criou com o fim de satisfazer as limitações do real, representando um número limitado de grandes categorias e qualidades capazes de constituírem um sistema coerente.

Os elementos determinantes que concorrem para a identificação dos aspectos que definem a natureza da E. são a acção, as personagens, o plano (heróico ou mítico), o estilo e a versificação, estabelecidos ao longo dos séculos pela teorização poética, a partir do modelo aristotélico, e fazendo deste género um dos mais codificados da produção literária.

A acção deve ser una (apesar de admitir um número razoável de episódios bellos, oportunos e breves, que se relacionem intimamente com a acção principal) e íntegra, não permitindo compreender mais factos ou detalhes do que os essenciais. A sua grandeza resulta não só do tipo de acontecimentos ou factos cantados, como também dos meios correspondentes usados para os narrar, de modo a suscitarem o entusiasmo e o assombro que o esplendor da acção presuppõe. Assim, o recurso ao maravilhoso transforma-se num dos meios mais usados para adornar o real, conferindo grandeza à acção e transpondo a verdade



histórica para a dimensão do mito. Por sua vez, o interesse épico da acção resulta da importância e do valor histórico da matéria tratada, vista na sua globalidade, bem como da importância dos costumes, crenças, imaginário e valor simbólico para a definição da identidade de um colectivo.

As partes nas quais a E. se estrutura, e que constituem verdadeiras marcas do género, incluem a proposição, a invocação, a exposição e a narração. Na proposição, o poeta anuncia o tema que pretende tratar e define o objecto da matéria épica. Na invocação, dirige-se a uma entidade divina, pedindo-lhe que o inspire na composição do poema ou o instrua sobre os acontecimentos da acção. Por sua vez, a narração, que se identifica com o relato dos acontecimentos e inclui a exposição, apresenta como princípio privilegiado de organização o início *in medias res*, como uma maneira de criar a expectativa e reduzir o espaço de tempo dos factos narrados, mantendo ainda o espírito suspenso pela novidade. O recurso à *ordo artificialis* concretiza-se através do uso de anacronias (analepses ou prolepses), com o fim de quebrar a monotonia da enumeração dos factos, mas sem pôr em causa a unidade de tempo e acção, ameaçada com a complexidade criada pela multiplicidade de episódios. Se bem que nos Poemas Homéricos, ou mesmo na *Eneida*, que serviu de modelo a quase todas as epopeias modernas, ainda não apareça a dedicatória, no período da latinidade tardia e a partir de então, o poema épico passou a incluir igualmente uma parte em que o poeta se dirige a um mecenas com o intuito de lhe oferecer o seu canto para, desse modo, obter a sua protecção.

O estilo utilizado é sempre elevado e grandiloquente, correspondendo à majestade da matéria tratada. No entanto, apesar de Aristóteles prescrever que o metro mais adequado para a composição dos poemas épicos era o verso heróico, referindo-se ao hexâmetro, também o alexandrino, o hendecassílabo ou mesmo o verso livre foram utilizados ao longo dos tempos. De modo semelhante, também a variedade estrófica utilizada abarca tanto o terceto, como longas estrofes

de número variável de versos. Apesar disso, a partir da *Teseida*, de Boccaccio, a forma estrófica mais recorrente é a oitava rima.

Graças às características partilhadas ou aos diferentes tipos de apreciação estética que possibilitam, podem distinguir-se dois tipos fundamentais de E.: as E. orais e as E. escritas (ou E. naturais e E. artificiais ou de imitação), cuja estrutura e técnica de construção se diferenciam com base nos métodos de composição utilizados. As primeiras, concebidas fora das regras estabelecidas pelo cânone literário, impõem-se pela espontaneidade, pela simplicidade, pela intuição, pela clareza de situações e pela impessoalidade no que respeita à criação da obra, pelo anonimato do autor (apresentando-se como fruto da intuição espontânea de uma colectividade), pela teluricidade de uma cultura, e pelo seu fascínio. Utilizam recorrentemente expressões e fórmulas feitas, epítetos ou frases completas aplicadas em situações semelhantes ou ainda temas recorrentes, que facilitam a memorização e, posteriormente, a recitação, reflectindo a herança directa da improvisação oral, mas revestindo-a de uma função ornamental. Neste âmbito, podem igualmente incluir-se os romances medievais, em que, apesar das suas semelhanças com a épica heróica, se distinguem por valorizarem sobremaneira o enredo e a história a contar, em detrimento do ideal heróico e do seu objectivo formativo. Por todos esses motivos, a acção torna-se tão viva e fantástica quanto possível, sem ter em atenção a sua verosimilhança.

Nas E. literárias, criadas por um génio individual, embora encarnando o espírito de um povo, o poeta apresenta-se como o fiel intérprete dos sentimentos colectivos, formulados à luz de um prisma individual e de uma cultura resultante de uma tradição e de uma educação, sem partilhar da espontaneidade dos recursos simbólicos dos poemas colectivos anteriormente referidos. O texto é construído de modo mais elaborado, harmonizam-se as diferentes partes da acção e recorre-se a uma riqueza e variação estilísticas decorrentes da tradição cultural recebida. Na generalidade, as E. literá-



rias florescem em momentos de apogeu dos povos, ou então quando começam a manifestar-se os primeiros indícios de declínio de um processo épico de reconhecida importância histórica, correspondendo, assim, a momentos de análise do passado recente ou de questionação da viabilidade da sua continuação. Por isso, o grau de elaboração destes poemas não só é superior, como já vêm marcados pela nota melancólica da insatisfação resultante dos contrastes existentes entre a situação da vida real e os prazeres do requinte civilizacional alcançado, pelos sinais de corrupção de costumes cada vez mais evidentes e pela necessidade imperiosa de se revalorizar o ideal heróico que conduziu aos momentos de glória cantados. Ao poeta épico fica, portanto, reservada a difícil tarefa de revalorizar um ideal heróico em épocas que de heróico já nada possuem, ou que proclamam uma nova concepção de grandeza e nobreza humana.

Na época do Renascimento, a E. é considerada a forma poética mais nobre e mais grandiosa, adequada à celebração dos grandes feitos e conquistas do homem renascentista. Por isso, o recurso a este género implicou necessariamente o repensar do ideal heróico patente nos Poemas Homéricos ou o sentido de nobreza e valor humano veiculados pela *Eneida*. Agora, a noção da grandeza e magnificência das realizações humanas impunha-se de forma diferente e o herói, que obedecia aos impulsos de coragem, desejo de glória e aceitação do sacrifício, vivendo e morrendo por uma questão individualista, é substituído por uma nova concepção em que a perspectiva pessoal é substituída por um ideal social, tornando-se a E. num poema que projecta um herói paradigma de uma nação.

BIBLIOGRAFIA: Fidelino de Figueiredo, *A Épica Portuguesa no Século XVI* (1.ª ed. 1950), Lx., 1987; Bernard Weinberg, *A History of Literary Criticism in the Italian Renaissance*, Chicago/Londres, 1961; D. M. Foerster, *The Fortunes of Epic Poetry*, Washington, 1962; C. M. Bowra, *Heroic Poetry*, Nova Iorque, 1967; Norman T. Burns and Christopher Reagan (ed. lit.), *Concepts of the Hero in the Middle Ages and in the Renaissance*, Londres, 1971; Madelénat, *L'Épopée*, Paris, 1986; R. P. Draper, *The Epic: Developments in Criticism*, Londres, 1990.

Manuel Ferro

## ERASMO

As relações entre Erasmo e os intelectuais portugueses estão bem documentadas, em vida do humanista. Encontraram-se com ele Henrique Caiado, Luís Teixeira e Damião de Góis. Este último viveu na sua casa de Friburgo de Brisgóvia, entre Abril e Agosto de 1534.

Parece ter-se desencontrado de Erasmo em Lovaina, André de Resende, mas, por carta, não há dúvida de que se corresponderam e de que E. tinha grande consideração pelo humanista português e pela sua obra.

E. conheceu pessoalmente Caiado em Roma, talvez mesmo melhor o homem do que os seus livros, pois elogia a vivacidade da sua conversa, agudeza dos seus epigramas, mas ignora o poeta bucólico, i. é, o lado mais importante do seu legado poético. É também ele quem refere as circunstâncias da morte de Caiado, em 1506. Isto nos *Adagia*; a outra referência saiu no *Ciceronianus*.

Do mesmo ano em que saiu o *Ciceronianus* (1527-1528) é a publicação das *Chrysostomi lucubrationes*, livro dedicado a D. João III. A dedicatória não chegou possivelmente ao conhecimento do rei português, porque os áulicos teriam receado que este não gostasse das críticas ao monopólio da pimenta, feitas por E. Este, por sua vez, não sabia que tal monopólio pertencia à coroa. Na referida dedicatória, E. fala de ter encontrado Luís Teixeira Lobo que em Itália se doutorou em Direito Civil e em Direito Canónico. Luís Teixeira fora, por algum tempo, professor de D. João III, quando ainda era príncipe, e na corte foi desembargador nos reinados de D. Manuel e D. João III.

Em 1529, E. é citado no *Commentum in Plinij naturalis historie prologum a iuris utriusque doctore Martino Figuereto editū Serenissimi Portugalie regis senatore*. Em português, *Comentário ao Prólogo da História Natural de Plínio*, editado pelo doutor em ambos os Direitos, Martin de Figueiredo, senador do Sereníssimo Rei de Portugal. Trata-se do livro I da *Naturalis Historia* de Plínio, o Velho,